

A RELEVÂNCIA SOCIAL DA SOCIOLINGÜÍSTICA O EFEITO DE ESCOLARIDADE NA MARCAÇÃO DE NÚMERO

ROBERTO GOMES CAMACHO¹

RESUMO: Com o foco centrado em dados extraídos do Iboruna, um cópulo coletado na região noroeste do Estado de São Paulo, este trabalho pretende mostrar a relevância social da pesquisa variacionista com base num estudo da marcação variável de plural em predicativos de um único componente (substantivos, adjetivos e participios passivos). Como reiteração de marcas, esse fenômeno variável se mostra em grande parte motivado por paralelismo formal, definido como uma restrição interna, mas se mostra também passível de ser explicado especialmente por grau de escolaridade, definido como uma restrição externa. Esse resultado, de natureza nitidamente social, converge com os principais princípios postulados pela Sociolinguística em seu surgimento 50 anos atrás, quando foi publicada a tese de Labov *The Social Stratification of English in New York City*.

Palavras-chave: concordância nominal; predicativo; escolaridade; paralelismo formal.

ABSTRACT: Focusing on data extracted from Iboruna, a corpus collected in the Northwestern region of São Paulo State, this paper aims at showing the social relevance of the sociolinguistic theory based on a study of variable plural marking in non-verbal predicates of a single word (nouns, adjectives and past participles). As the reiteration of marks, this variable phenomenon is largely motivated by formal parallelism, defined as an internal constraint, but it can also be especially accounted for by years of schooling, defined as an external constraint. This result, sharply social in nature, meets the main principles of Sociolinguistics postulated at its emergence fifty years ago, when Labov's thesis, *The Social Stratification of English in New York City*, was published.

Keywords: nominal agreement; non-verbal predicate; years of schooling; formal parallelism.

1. PALAVRAS INICIAIS

Se o estruturalismo representou um marco fundamental para a consolidação da linguística como disciplina científica, a importância de seus postulados se estendeu para o modo de ver as diferenças socioculturais, que se manifestam regularmente em qualquer sistema linguístico. Segundo Ilari (2004), fazer um balanço da influência do estruturalismo na linguística brasileira mostra que um dos saldos mais positivos foi justamente ter-se instaurado a crença de que a língua portuguesa deveria ser tomada como objeto de descrição, atitude que contrariou em grande medida a longa tradição normativa. A adoção de uma posição descritivista desencadeou uma nova atitude em relação às variedades estigmatizadas, tornando-as objetos legítimos de análise, especialmente porque a orientação normativa conduz ao entendimento equivocado

¹ Universidade Estadual Paulista.

de que somente a variedade prestigiada é sistemática e regular. Já a orientação descritiva permite descobrir naturalmente que uma variedade estigmatizada não tem uma estrutura ilógica ou ineficiente, mas é apenas diferente da organização disponível na variedade de prestígio (ILARI 2004:87).

Levados ao extremo, esses postulados abriram caminho para novos enfoques do objeto da linguística, um dos quais, o da sociolinguística variacionista, impôs o princípio de que variação e mudança são propriedades constitutivas da linguagem, o que passou a demandar, por um lado, o postulado de que a heterogeneidade é socialmente motivada, e a estabelecer, por outro, que o lugar privilegiado para o estudo da língua é o uso dela no contexto social².

Neste 50 anos da publicação da tese de doutorado de William Labov, *The Social Stratification of English in New York City* (doravante SSENVC), o que há de mais relevante a fazermos, como linguistas (não necessariamente sociolinguistas), não é apenas celebrarmos a data, mas sobretudo o que ela representou de fato: a inauguração de um novo ponto de partida para o estudo da língua, que ultrapassou os limites dos aspectos formais, presentes, ainda que de modo diverso, tanto no estruturalismo saussuriano, quanto no gerativismo chomskiano.

Para chegar a uma visão social, menos ecumênica que a saussuriana, pode-se esboçar, na história recente da própria sociolinguística, o desenvolvimento de uma trajetória sociológica, rastreada por Koerner (1991), que demanda um retorno à formação teórica do próprio Saussure.

É plenamente reconhecida a influência de Whitney que, provavelmente, deve ter ocorrido durante a permanência de Saussure na Universidade de Leipzig e Berlim, onde obteve sua formação neogramática. Nos anos passados em Paris, o aluno de Saussure que mais se distinguiu foi Meillet, que, por sua vez, teve como discípulo André Martinet.

Koerner (1991) menciona esse fato porque Martinet escreveu, em 1939, uma monografia de fôlego sobre seu dialeto nativo, publicado após a Segunda Grande Guerra, e também porque, como Meillet e Martinet, Labov sempre se interessou por questões ligadas aos processos de mudança.

Mais relevante ainda é o fato de que, no período de 1946 a 1955, em que lecionou na Columbia University, em Nova Iorque, Martinet orientou o mestrado e o doutorado de Uriel Weinreich. Foi justamente a tese de doutorado de Weinreich, de 1951, que conduziu ao livro que o tornaria famoso, *Languages in Contact* (1953), título que, segundo Koerner (1991), o autor extrairia de uma série de conferências ministradas por Martinet. A linha genealógica se fecha com o fato de que Labov obteve seus títulos mais significativos sob a orientação de Weinreich, que, como se sabe, foi também coautor de uma obra representativa da teoria sociolinguística (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG (2006 [1968])).

Em suma, o SSENVC assumiu um compromisso explícito com a relação entre língua e sociedade, cujas origens foram ligeiramente esboçadas acima, e representou uma mudança promovida pela sociolinguística, que pode ser considerada uma grande

² Embora haja precursores, reconhecidos pelo próprio Labov, dessa visão social de língua, entre os quais Whitney e Meillet, pode-se atribuir a Labov a proposta de uma “virada” epistemológica, provocando uma ruptura inédita com o paradigma vigente, o gerativista, sem necessariamente substituí-lo.

virada epistemológica na teoria da linguagem. Em razão de retomar a análise de um fenômeno variável já sobejamente conhecido do português, a marcação variável de número, e de retomar aspectos já conhecidos da teoria variacionista, este texto pode parecer um pouco redundante. A redundância é, no entanto, proposital, deliberada, já que nunca soa supérfluo lembrar, nesta celebração, a relevância de aspectos sociais para o estudo do sistema linguístico.

Justamente por chamar a atenção para a relação entre língua e sociedade, o objetivo específico deste trabalho é reforçar a tese de que, mais do que um estatuto exclusivamene interno, a regra variável de concordância nominal tem um estatuto externo, mediante o exame de dados de marcação variável de plural no sintagma nominal (SN) e no sintagma adjetival (SA) em contexto de predicativo. De um ponto de vista teórico, o trabalho procura examinar a interação entre uma motivação linguística, como o paralelismo formal, e uma motivação extralinguística, aqui restrita à escolaridade, o que implica trazer subsídios para a hipótese de que, pelo menos para a variedade investigada, a falada em São José do Rio Preto e microrregião, o efeito do paralelismo formal - marcas levam a marcas e ausência de marcas levam a ausência de marcas – disfarça o efeito de uma diferenciação social de escolaridade no comportamento linguístico dos indivíduos.

Para tanto, este texto se organiza da seguinte maneira: a seção 2 discute o contexto teórico que propiciou as condições de surgimento do SSENYC, com a inserção de alguns aspectos inovadores da relação entre língua e sociedade; a parte 3 se destina à análise de um aspecto da variação de pluralidade na variedade rio-pretense, que, em grande parte, relaciona motivações formais, internas, com motivações sociais, externas; as considerações finais se destinam a fazer um balanço das motivações sociais envolvidas com este estudo..

2. O SURGIMENTO DA SOCIOLINGÜÍSTICA COMO MODELO ALTERNATIVO

O marco de surgimento da sociolinguística é maio de 1964, quando se reuniram 25 pesquisadores na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) para uma conferência sobre língua e sociedade promovida por William Bright. Participaram do encontro acadêmico outros pesquisadores, além do próprio organizador, que se tornariam lideranças na área, como William Labov, Dell Hymes, John Gumperz, John Fisher, Charles Ferguson e outros.

Como nova área de estudos, a tarefa da sociolinguística foi identificada, à época, com a análise da relação de covariação sistemática entre a variação linguística e a social, o que poderia ser retraduzido pelo postulado de que, na verdade, a variação não é livre, mas correlacionada a diferenças sociais sistemáticas (BRIGHT 1974 [1966]).

Segundo entende Calvet (2002), o texto de Bright (1974 [1966]) tem hoje o valor histórico de registrar que, se o encontro de 1964 marca o nascimento da sociolinguística, marca também a emergência de um modo alternativo de fazer ciência, em oposição à gramática gerativa de Chomsky que estava se impondo como o paradigma dominante. Na visão de Bright (1974 [1966]), todavia, a sociolinguística

poderia ser concebida somente como uma abordagem anexa aos fatos de língua em complementação à própria linguística formal, à sociologia e à antropologia.

No entanto, desde os primeiros textos, Labov (2006 [1966]) se recusa a situar a sociolinguística na periferia da linguística. Centrar o foco no estudo da língua em uso no contexto social não implica excluir um olhar voltado para a resolução de problemas enfrentados pela própria teoria da linguagem. Diferentemente do modo acessório de Bright (1974 [1966]) enfocar a interface entre a sociolinguística e outras áreas de investigação, Labov (2008 [1972]) entende que a relação de covariação entre língua e sociedade, postulado a que este trabalho adere fortemente, é encarada como metodologicamente indispensável, não como mero recurso interdisciplinar.

Se as línguas naturais humanas consistem em sistemas organizados de forma e conteúdo, seria estranho que a variação não fosse uma de suas propriedades mais marcantes e significativas. Na realidade, a diversidade é uma propriedade funcional e inerente dos sistemas linguísticos e o papel da sociolinguística variacionista é exatamente enfocá-la como objeto de estudo, em suas correlações linguísticas e não linguísticas.

Uma das pesquisas pioneiras da natureza estruturada e sistemática da variabilidade dialetal foi justamente o estudo sociolinguístico de Labov (2006 [1966]) na região conhecida como Lower East Side da cidade de Nova Iorque. O autor dirigiu entrevistas sociolinguísticas informais com residentes de diferentes grupos sociais, todos falantes nativos de inglês que cresceram nessa área. Labov (2006 [1966]) examinou depois a frequência com que um subconjunto dessa população usa traços característicos da variedade nova-iorquina³.

Além disso, conduziu um método de entrevista capaz de levantar estilos de fala de diferentes graus de formalidade. Sua análise revelou padrões regulares e sistemáticos de acordo com a classe social e estilo.

Um aspecto significativo da análise variacionista, inaugurada por Labov, é o postulado de serem todas as línguas e variedades linguísticas inerentemente heterogêneas, independentemente do grau de uniformidade que parecem ter. Falantes nova-iorquinos que não usam a aproximante [ɹ] não a eliminam categoricamente. O fato de haver situações em que a pronunciam e outras em que a eliminam equivale a afirmar que continuam a mantê-la em seu sistema fonológico, mesmo na posição pós-vocálica. Essa variabilidade inerente não é aleatória nem casual, pois mantém uma correlação sistemática e regular com fatores linguísticos e sociais.

Após essa alteração significativa de foco em que a teoria da linguagem, de estatuto exclusivamente formal, passa a incorporar também o social, padrões similares aos de Nova Iorque de atribuição de prestígio social, como a inserção de [ɹ], e de atribuição de estigma social, como a pronúncia de [θ] como [t], por exemplo, de acordo com a distribuição de classe, foram investigados em outras comunidades de língua inglesa, como a de Detroit, por Shuy, Wolfram & Riley

³ Em SSENYC, Labov (2006 [1966]) investigou cinco variáveis fonológicas: (r), representando a presença ou a ausência de /r/ final e pré-consonantal (*car, card*); (æh), representando a altura da vogal em *bad, ask, cash, dance*; (oh) representando a altura de uma vogal arredondada média posterior, ouvida em *caught, talk, dog*, etc. e conhecida como “o longo” representada fonologicamente como [ɔ:]; (th) e (dh), representando a consoante inicial de *thing* e *then*.

(1967 *apud* WOLFRAM; FASOLD 1974) e por Wolfram (1969), e o inglês britânico de Norwich, por Trudgill (1974).

Outras correlações regulares, algumas de natureza morfossintática, foram detectadas em outras línguas, como o francês de Montreal por Sankoff & Cedergren (1971) e o espanhol do Panamá por Cedergren (1973).

No Brasil, destacam-se os estudos de Tarallo (1983) sobre as estratégias de relativização e, especialmente, os desenvolvidos no Rio, com base no Projeto Censo e do Projeto de Estudos do Uso da Língua (PEUL), documentados em Mollica & Braga (2003) e em Paiva & Paredes Silva (2012), para desdobramentos mais recentes. A variedade paulistana vem sendo sistematicamente investigada por Mendes & Oushiro (2012) e Oushiro (2015) e a variedade falada no noroeste paulista, por Rubio & Gonçalves (2012) e Camacho & Salomão (2012).

Os primeiros estudos variacionista foram em grande parte replicados, especialmente em termos do fenômeno investigado, de modo a cobrir variedades de diversas regiões do país. De certo modo, o desenvolvimento posterior da sociolinguística brasileira teve seu principal suporte naqueles trabalhos pioneiros.

O advento do conceito de regra variável, postulado por Labov (1969), promoveu, no entanto, alterações muito significativas na interpretação do conceito de variação. Em essência, o conceito de regra variável se expandiu e redefiniu a noção de opcionalidade da teoria gerativa para incluir restrições internas e externas em sua natureza variável⁴.

Labov (1969) adotou o formalismo da gramática gerativa para representar esse tipo de processo de variação, incluindo inovações na regra de reescrita, como a adoção de colchetes angulares para se referir à variável dependente e expoentes gregos para indicar o grau de influência no uso de uma motivação sobre a outra. Para além da notação formal, essa representação acompanhou, na verdade, a tentativa de substituir a noção de regra opcional gerativista pela de regra variável.

Apesar das substanciais regularidades desenvolvidas com base no conceito de regra variável, ele entrou rapidamente no fogo cerrado da crítica, quando, na década de 1970, foi estendido aos fenômenos sintáticos com os mesmos métodos aplicados aos fonológicos e morfológicos. Esse momento representou a primeira grande crise no estatuto metodológico da teoria variacionista em razão de forte reação, provocada por Lavandera (1978), Romaine (1981) e García (1985). O ataque de Romaine mirou o aspecto indutivista da teoria, enquanto os de Lavandera e García, o estatuto teórico da regra variável, quando aplicada à sintaxe.

⁴ Ao lidar com processos na interface entre morfologia e fonologia, especialmente o fenômeno de simplificação de grupos consonantais, comuns no inglês afro-americano do tipo *bold x bol'* e *rolled x roll'*, Labov (1969; 2008 [1972]) menciona uma inadequação da regra opcional. Alega que grupos consonantais em que o morfema de pretérito estiver envolvido, como o de *roll-ed*, de acordo com a fórmula CVC+D, não poderiam ser tratados do mesmo modo que os grupos consonantais envolvidos em *bold*, de acordo com a fórmula CVCD, que não envolvem risco de perda de informação morfológica. Em razão de motivações internas em competição, as formas envolvendo morfema de pretérito são simplificadas com menos frequência que as formas envolvendo apenas perda de segmento fonológico.

A polêmica entre Lavandera (1978) e Labov (1978) se resume à questão da real equivalência semântica entre duas variantes sintáticas. Na realidade, a noção de equivalência semântica implicaria uma redução muito drástica da noção de significado referencial, se a sociolinguística insistisse em manter o princípio de que duas formas alternativas são variantes se representarem o mesmo valor de verdade no mesmo contexto de ocorrência.

Em vez de operar com essa concepção extremamente limitada de significado, Lavandera (1978) propôs substituir o conceito de equivalência semântica pelo de comparabilidade funcional. Muitos estudos ligados ao PEUL, citados em Mollica & Braga (2003) desenvolveram análises variacionistas com base em fenômenos morfossintáticos, semânticos e discursivos, alguns dos quais adotando o conceito de comparabilidade funcional.

Ao fazer esse recorte no percurso dos estudos sociolinguísticos, o que esta seção pretendeu foi apenas mostrar que a sociolinguística variacionista representou um dos principais esforços para romper com o idealismo na teoria linguística justamente por considerar a heterogeneidade um princípio constitutivo da linguagem. Mais importante ainda que isso, a alternativa teórica introduzida por Labov (2006 [1966]; 2008 [1972]) para resolver os problemas de estrutura linguística identificou o fenômeno empírico, coletado na comunidade linguística, como a base sobre a qual se deve apoiar o substrato concreto da análise linguística, de modo a operar uma diluição, digamos assim, de dicotomias como língua/fala e competência/desempenho.

Um corolário significativo da interface entre motivações internas e motivações externas é o compromisso teórico assumido não apenas com a chamada função cognitiva, a que se restringiam (ou que ainda se restringem) o estruturalismo e o gerativismo. Referindo-se, por exemplo, ao grau de centralização das variáveis (ay) e de (aw) na Ilha Martha's Vineyard, afirma Labov que “a função cognitiva de /ay/ e /aw/ permaneceu constante. É evidente que as funções não-cognitivas exercidas por esses elementos fonológicos são os fatores essenciais no mecanismo da mudança” (LABOV 2008 [1972]:202).

Nessa perspectiva, a base para a explicação da língua enquanto objeto heterogêneo se assentou não apenas na consideração de fatores propriamente linguísticos, mas também na consideração de fatores extralinguísticos, que, em conjunto, participam ativamente da aplicação de uma regra, favorecendo-a ou desfavorecendo-a. Ultrapassar a dimensão das motivações puramente internas para as externas é o principal ganho do SSENVC e da própria teoria da linguagem.

Ao dar visibilidade a esses postulados nesta seção, tem este trabalho a clara intenção de mostrar que essa posição ainda permanece atual na análise variacionista. O elo entre esta seção historiográfica e a seguinte está justamente na discussão de dados de concordância nominal em que pretendo demonstrar o efeito de um aspecto social, o grau de escolaridade, no processo de variação de pluralidade em predicativos, uma variável morfossintática, que representou metodologicamente a expansão do escopo da regra variável, aplicada inicialmente à fonologia.

3. A VARIAÇÃO DE NÚMERO NA LITERATURA SOCIOLINGÜÍSTICA E A CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA

A indicação de pluralidade em SNs e SAs é um fenômeno fortemente marcado por pressões normativas. Pode-se entender a normatividade, traço definidor das gramáticas tradicionais, como uma escala de medição que estabelece um padrão mínimo a ser atingido ou ultrapassado para garantir a aceitabilidade da forma de expressão envolvida. Fixa-se algum ponto na escala para a aceitabilidade de uma expressão e qualquer valor abaixo desse piso torna outras formas inaceitáveis (FASOLD 2006; CAMACHO 2013).

A língua representada nas gramáticas tradicionais, regulada pela norma padrão, é também compartilhada pelos membros do grupo socioeconomicamente mais privilegiado. Adiante que *compartilhar* aqui não é sinônimo de *usar*, já que a norma padrão não equivale a uma variedade real em uso na comunidade, e os exemplos usados para configurar as regras prescritivas são comumente extraídos de textos literários do século XVIII, muito distantes da língua realmente falada pela população⁵.

A norma padrão do português brasileiro, uma variedade não praticada por nenhum segmento social (BAGNO 2003), pode ser vista como padrão mínimo. Nesse caso, o processo de concordância de número no predicativo é considerado regra obrigatória, quando o predicado vier precedido de um SN sujeito no plural. Como a concordância implica a reiteração de marcas com a mesma informação de número em pontos diversos da cadeia sintagmática, é necessariamente redundante a variante reconhecida como correta pela norma padrão.

Vista, por outro lado, sob a perspectiva do uso, a concordância de número é uma regra variável, ou seja, um processo de variação motivado por condições emanadas de traços da identidade social do falante e do contexto social. Esses traços são, por sua vez, o resultado do compartilhamento de valores simbólicos de estigmatização e de prestígio que compõem o imaginário da comunidade social.

Uma motivação potencialmente relevante para a não aplicação da regra de concordância nominal é o baixo nível de escolarização, que torna certas pessoas imunes, e outras mesmo avessas, à pressão normativa exercida pelo sistema escolar em consonância com os valores de prestígio. Outra ainda é a situação estilística: é bem provável que nem mesmo falantes com alta escolaridade apliquem consistentemente a regra de concordância nominal em todas as circunstâncias de uso. Ainda que evitem empregá-la, por exemplo, numa situação social mais distensa, dela não abrem mão em situações mais formais⁶.

⁵ Na realidade, emprego aqui o conceito de *norma padrão* proposto por Bagno (2003). Para designar as variedades linguísticas que caracterizam os grupos sociais desprestigiados, esse autor sugere o uso da expressão *variedades estigmatizadas* e, para designar a língua efetivamente usada por falantes que têm escolaridade superior e nasceram, cresceram e sempre viveram em ambiente urbano, o uso da expressão *variedade de prestígio* (BAGNO 2003:63).

⁶ Uma pesquisa realizada por Campos e Rodrigues (2002) com base em amostras do Projeto NURC, mostra que, em pelo menos 3% dos casos examinados, os falantes com nível superior deixam de marcar pluralidade em constituintes flexionáveis do SN.

Assim, o modo categórico como a tradição gramatical concebe a regra de concordância nominal não é capaz de traduzir o modo variável como de fato os falantes se comportam quando se trata de língua em uso no contexto social. Uma propriedade definidora de uma variável é ser constituída por duas ou mais variantes representando o mesmo valor de verdade no mesmo contexto⁷. É possível enunciar, portanto, o mesmo estado de coisas com diferentes expressões formais nas duas sentenças contidas em (1a-b), a primeira das quais (1a) é um exemplar de fala coletada, ao qual se aplica, em (1b), a regra padrão de concordância nominal, devidamente acompanhada da regra de concordância verbal.

- (1) a. *os orelhão (Ø) de lá não é igual (Ø) aqui* (AC 029/NE/L.069)
b. *os orelhões de lá não são iguais aqui*

Na alternativa contida em (1a), a marca formal de pluralidade se encontra apenas no determinante, deixando, portanto, de ocorrer no núcleo do SN sujeito, na cópula e no núcleo do SA predicativo, enquanto, na contida em (1b), as marcas formais de número estão presentes no determinante e no núcleo do SN sujeito e do SA predicativo, além da flexão número-pessoal na cópula.

A ausência de marcas em (1a) não é obstáculo para que, ainda assim, fique perfeitamente assegurada a noção de número, sem qualquer ambiguidade, por força da marcação única no determinante. A diferença entre (1a) e (1b) é, portanto, apenas de forma, não de conteúdo, já que tudo quanto se faz ao enunciar (1b) é marcar número de modo redundante, informação que já está assegurada pelo plural no determinante de (1a). Nesse aspecto, o fenômeno de concordância, morfossintático por natureza, confina-se com a limitação do significado referencial defendida por Weiner e Labov (1983).

O primeiro trabalho variacionista a se debruçar sobre marcação variável de número foi o de Poplack (1980). A autora investigou a influência de condições formais e funcionais competindo pela marcação variável de plural no espanhol porto-riquenho. Poplack (1980) reivindica a superioridade das condições estruturais para a explicação desse fenômeno variável. Sua pesquisa revela evidências de uma tendência local, isto é, de uma tendência para a concordância no nível da sequência: a ausência de marcas no segmento precedente favorece a supressão delas no elemento seguinte e o inverso também é verdadeiro. Se a cadeia manifestar a supressão de marcas nos dois primeiros constituintes, é significativa a contribuição do fator “posição” para a probabilidade de supressão no terceiro elemento. Se a sequência for realizada com marcas na primeira e na segunda posição, é bem reduzida a frequência do efeito da supressão no constituinte da terceira posição.

⁷ Essa definição estreita de significado foi amplamente defendida por Weiner e Labov (1983) durante a expansão da regra variável para a sintaxe. Ao estudarem a construção em voz ativa com agente genérico e a passiva não agentiva em inglês, Weiner e Labov (1983) postulam que o uso dessas duas opções no discurso espontâneo os deixa perfeitamente convencidos de que a escolha entre as duas variantes consiste fundamentalmente numa variável sintática e que, nessas situações, a ativa e a passiva têm o mesmo significado em termos de condições de verdade.

No Brasil, a marcação variável de pluralidade tem recebido a atenção de vários pesquisadores. No âmbito da concordância nominal, destaca-se, pela abrangência e pelo pioneirismo, o estudo seminal de Scherre (1988) e outros que a ele se seguiram, especialmente no que tange ao predicativo/particípio passivo (SCHERRE 1991a; 1994). Tomando por base a modalidade falada no registro semidistenso, variedade carioca, a investigação de 1988 teve como objetivo fundamental determinar grupos de fatores linguísticos e não linguísticos que regem a sistematicidade da variação em duas perspectivas: uma tomando como dado de análise cada elemento do SN (análise atomística) e outra tomando como dado o SN todo, repetido em diferentes partes do contexto discursivo (análise não-atomística).

Essas duas perspectivas de análise objetivavam investigar a atuação do paralelismo formal, que, segundo Scherre (1998), ativa cognitivamente a repetição de variantes explícitas de plural – codificando mais frequentemente o que é mais predizível – e a repetição de variantes de plural zero – codificando menos frequentemente o que é menos predizível, ou seja, exatamente o contrário do que se esperaria de outro princípio em competição, o de economia, postulado por Haiman (1983; 1985) para dar uma justificativa explanatória para a tendência de eliminar ou codificar menos o que é mais previsível e de reter ou codificar mais o que é menos previsível⁸. Na realidade, o princípio de economia se restringe ao que Haiman rotula como economia sintagmática: a tendência para reduzir o comprimento ou a complexidade de qualquer enunciado, de modo que as expressões mais frequentes no uso tendem a reduzir-se fonologicamente e a informação que é redundante e/ou recuperável no contexto comunicativo tende a ser omitida (HAIMAN 1985:158). Ao discutir as restrições formais e as funcionais, Labov (1994) não se refere explicitamente a esse princípio, mas ao de Kiparsky (1982), entendido como uma tendência para que a informação semanticamente relevante seja retida na estrutura superficial.

Para examinar a atuação do paralelismo, assim entendido, este trabalho se restringe a dois grupos de fatores internos ligados à análise atomística e a um grupo único de fatores sociais, o grau de escolaridade. Grupos de fatores extralinguísticos ou externos são extremamente relevantes para um estudo como este, que pretende mostrar a atualidade dos primeiros estudos labovianos incluídos no SSENYC. Os dois grupos de fatores internos que pretendem verificar a atuação do princípio de paralelismo formal são presença ou ausência de marcas formais de pluralidade no verbo e número de marcas precedentes.

A análise se debruça sobre uma variedade dialetal específica do português brasileiro, a variedade falada em São José do Rio Preto e região registrada no Banco de Dados Iboruna (GONÇALVES; TENANI 2008) e a amostra total é

⁸Mais recentemente, ao discutir o caráter funcional da mudança, Labov (1994) alega que a maioria dos resultados que discute demonstra que a escolha de uma variante em detrimento de outra descarta a maximização de informação em favor de efeitos mecânicos, como condicionamento fonético e mera repetição de estruturas precedentes. Labov (1994:568) sustenta que a caracterização neogramática da estrutura linguística está de fato correta: como as leis fonéticas, a estrutura é um sistema predominantemente mecânico, fora do alcance do reconhecimento consciente ou do ajustamento de seus usuários.

composta por um recorte contendo 128 de 152 gravações da Amostra Censo⁹, operado originalmente no trabalho de Salomão (2010), que dá origem aos dados que serão aqui discutidos.

Em virtude da opção por trabalhar também com a apreensão progressiva da norma padrão, o que, em última instância, se manifesta com base no tempo de escolaridade, o recorte operado na amostra se baseia nos seguintes parâmetros: Ensino Fundamental I (5 anos de escolaridade); Ensino Fundamental II (8 anos de escolaridade); Ensino Médio (11 anos de escolaridade); Ensino Superior (15 anos ou mais de escolaridade).

A investigação da marcação variável de pluralidade no predicativo se restringe aqui à análise da variável binária, de natureza morfossintática, presença ou ausência de marcação de pluralidade em SNs e SAs predicativos, formalizada, basicamente, como (s) para representar o arquifonema /S/. Essa categoria fonológica abstrata representa, por sua vez, as variantes presença ou ausência de qualquer realização fonética e respectivas alterações morfofonêmicas da marca de pluralidade nos constituintes dos SNs e SAs.

O contexto de análise dessa variável é representado pela posição sintática de predicativo, aqui representada somente por SNs ou SAs de um único elemento: substantivos, adjetivos, tomados como elementos predicadores propriamente ditos, e participios passados em estruturas passivas, conforme se vê respectivamente em (2a-c).

- (2) a. *hoje nós é colega* (AC065/NE/L.29)¹⁰
 b. *as coisa era muito rígida* (AC034/NR/ L.42)
 c. *as pessoas... tava sendo socorrida* (AC103/NE/L. 107-109)

Selecionadas as ocorrências, cada uma delas foi analisada e processada estatisticamente segundo os critérios definidos nos grupos de fatores internos relacionados a seguir, os quais constituem os contextos variáveis definidos para a discussão neste trabalho. Os parâmetros de análise, cuja base teórica se assenta nos trabalhos de Scherre (1988; 1991a; 1994), são apresentados simultaneamente à apresentação dos resultados. Para a análise multivariada, usou-se o Pacote Estatístico Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE; SMITH 2005).

4. MOTIVAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS DA MARCAÇÃO DE PLURALIDADE

A amostra é constituída por um total de 526 ocorrências de estruturas predicativas com possibilidade de aplicação da regra de concordância nominal;

⁹ Duas amostras estão contidas na Banco de Dados Iboruna, a Amostra Censo (AC) e a Amostra Interação (AI). Este trabalho se restringe à AC, que é constituída por cinco tipos diferentes de inquéritos: *narrativa de experiência pessoal* (NE), *narrativa recontada* (NR), *relato de descrição* (DE), *relato de procedimento* (RP) e *relato de opinião* (RO).

¹⁰ Conforme a ordem de aparecimento, nos parênteses se acham representados o tipo e o número da amostra, o tipo de inquérito e a linha no texto transcrito onde o dado está inserido.

desse total, 59,0% (310/526) das ocorrências dispõem de marcação de plural, enquanto 41,0% (216/526) não dispõem de marcação em todos os constituintes (SALOMÃO 2010). Os resultados, apresentados em tabelas, são vistos da perspectiva do valor da aplicação da regra, ou seja, da presença de marcas formais nas estruturas predicativas.

O percurso da análise¹¹ se inicia com o exame da relação entre as estruturas predicativas e as características formais do verbo, um dos grupos de fatores selecionados pelo programa Goldvarb X (SANKOFF, TAGLIAMONTE; SMITH 2005). A expectativa em torno dessa variável é testar a possível atuação do paralelismo formal, que se deduz da comparação entre fatores formalmente diferentes, mas inter-relacionados. Em outros termos, a marcação de pluralidade na estrutura predicativa em correlação com a mesma configuração flexional no verbo tem a finalidade de testar a hipótese de que a presença ou ausência de marca de plural no verbo implica configuração formalmente recorrente na estrutura predicativa.

Em (3a-c) aparecem, respectivamente, exemplos de orações com verbo sem marca explícita, com marca explícita e ausência de verbo (destacado em negrito).

- (3) a. *Os meus dentes estavam tortos* (AC55/NE/L.55)
 b. *As moça aqui em Mirassol ficou tudo abismada* (AC129/NE/L.71)
 c. (...) *sairam pá fazê(r) uma boa pescaria... mas o... rio tava um po(u)co agita::do*
as onda um po(u)co alta (AC 141/ NR/L. 41-43)

Os resultados relativos a esse grupo de fatores estão expostos na Tabela 1.

Tabela 1: Tendências de emprego de marcação de pluralidade no predicativo de acordo com características formais do verbo

Fatores	Freq.	(%)	PR
Verbo sem marcas explícitas	7/78	9	0,14
Verbo com marcas explícitas	288/426	67	0,57
Verbo ausente	15/22	68	0,65
Total	310/526	59	0,595 (input)

Os resultados mostram influência positiva do paralelismo formal. Se, por um lado, a presença de marcas formais explícitas no verbo ativa positivamente a formulação de estruturas predicativas com marcas formais explícitas (0,57), por

¹¹ Na realidade, o percurso completo da análise envolveu os seguintes grupos de fatores (i) paralelismo formal no discurso; (ii) características formais do sujeito; (iii) características formais do verbo; (iv) configuração estrutural do predicativo/particípio; (v) saliência fônica da oposição singular *versus* plural; (vi) número de marcas precedentes no sujeito e no verbo; (vii) tipo estrutural do sujeito e (viii) material interveniente. Além disso, recorreu-se a três variáveis independentes de natureza externa ou social: (i) gênero; (ii) idade e (iii) escolaridade. O programa estatístico selecionou cinco variáveis como as mais relevantes: (i) número de marcas precedentes, (ii) paralelismo formal no discurso e (iii) características formais do verbo; os fatores sociais selecionados são: (i) escolaridade e (ii) idade (SALOMÃO, 2010).

outro, o inverso também é verdadeiro: a ausência de marca formal no verbo é diretamente proporcional à ausência de marca no predicativo (0,14).

É necessário observar, então, que, se a incidência de marcas no predicativo com verbo flexionado tem uma frequência discreta (0,57), por outro lado, os casos de verbo ausente, como o de (3c), ativam um grau muito elevado de marcação de plural na estrutura predicativa com o índice de aplicação de regra atingindo seu ápice (0,65). É possível que o contexto de justaposição entre sujeito e estrutura predicativa, de que (3c) é um bom exemplo, parece reforçar uma natureza estilisticamente formal da construção, fato que pode ter favorecido a marcação de pluralidade.

Uma segunda dimensão do paralelismo formal, que, como grupo de fatores, foi estatisticamente selecionado pela análise multivariada, tem a ver com o número de marcas precedentes no sujeito e no verbo.

O grupo de fatores é assim identificado: a ausência de marca de plural em outros constituintes do SN além do primeiro, e ausência sucessiva no verbo, o fator envolvido é uma marca, como mostra (4a); podem ocorrer, no entanto, casos de duas marcas precedentes (4b), e casos de três ou mais marcas precedentes (4c).

- (4) a. *então elas fica perdida* (AC140/RO/L.455-6)
 b. *eles são vamo(s) dizê(r) teimosos* (AC140/NR/L.135)
 c. *meus tios ainda são vivos* (AC 140/NR/L154)

Os resultados dessa análise estão contidos na Tabela 2.

Tabela 2: Tendências de emprego de marcação de pluralidade no predicativo de acordo com marcas precedentes no sujeito e no verbo

Fatores	Freq.	(%)	PR
Três ou mais marcas	149/188	79	0,65
Duas marcas	115/214	53	0,44
Uma marca	46/124	37	0,36
Total	310/526	59	0,595 (input)

Os resultados apontam para a incidência de marcação formal na estrutura predicativa, já que o número de marcas formais no predicativo é diretamente proporcional à presença ou à ausência de marcas precedentes em outros constituintes da sentença: quanto mais marcas precedentes, maior a tendência de marcação no predicativo: $0,65 > 0,44 > 0,36$. Essa tendência de uso confirma a atuação do paralelismo formal.

A interpretação desses resultados, todavia, depende ainda do exame do efeito de pelo menos uma variável externa, grau de escolaridade, entendida como a relação proporcional entre nível de instrução formal e grau de adesão aos princípios normativos. A ideia aqui é examinar, primeiramente, o efeito isolado dessa variável, para, em seguida, examinar o cruzamento dela com as variáveis internas já discutidas. Iniciemos o percurso pela análise da relação entre marcação de número na estrutura predicativa e grau de escolaridade, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3: Tendências de emprego de marcação de pluralidade no predicativo de acordo com grau de escolaridade

Fatores	Freq.	%	PR
Ensino Fundamental I	25/77	32	0,28
Ensino Fundamental II	53/111	47	0,37
Ensino Médio	118/186	63	0,54
Ensino Superior	114/152	75	0,65
Total	310/526	59	0,595 (input)

Os resultados da Tabela 3 permitem concluir que a incidência de marcas no predicativo é diretamente proporcional ao acréscimo de grau de escolaridade, mas com uma nítida linha divisória, em termos estatísticos, entre estar no primeiro e no segundo ciclo do Ensino Fundamental e estar no Ensino Médio e no Superior. A primeira situação desfavorece o uso de marcas de plural e a segunda favorece uma probabilidade maior de aplicação da regra de concordância de número e em escala ascendente.

A razão da maior probabilidade de adoção da regra padrão de concordância pelos informantes com nível médio e superior de ensino está certamente arraigada no contato maior que esses indivíduos mantêm com a norma padrão. Resultados similares, não só com base em pesos relativos, mas também na hierarquia de fatores, foram obtidos por Scherre para três graus de escolaridade: quatro anos: 0,36; oito anos: 0,52; onze anos: 0,63 (SCHERRE 1991b:68).

O paralelismo formal é claramente definível como uma motivação propriamente interna e, como tal, a aplicação da regra de concordância nominal passaria, então, a ser um procedimento meramente mecânico, determinado por mecanismos puramente estruturais (LABOV 1994). Todavia, para a variedade rio-pretense, a escolaridade de ensino médio parece representar uma fronteira significativa a separar os que tendem à marcação positiva dos que tendem à marcação negativa. Parece muito instrutivo, por isso, verificar a interação entre os dois grupos de fatores internos já analisados isoladamente e o único grupo de fatores externo, aqui restrito a grau de escolaridade.

Continuando, então, o percurso da investigação, é necessário refletir agora sobre a relação entre motivações de natureza diversa competindo entre si. O primeiro passo está na análise da relação entre a escolaridade e características formais do verbo, cuja distribuição está exposta na Tabela 4.

Tabela 4: Tendências de emprego de marcação de pluralidade no predicativo de acordo com características formais do verbo e grau de escolaridade

Características formais do verbo	Verbo ausente			Verbo marcado			Verbo não marcado		
	Ap.	%	PR	Ap.	%	PR	Ap.	%	PR
Ensino Fundamental I	2/2	100	--	23/54	42	0,32	0/21	0	--
Ensino Fundamental II	3/6	50	0,39	48/81	59	0,48	2/24	08	0,05

Ensino Médio	7/10	70	0,60	109/152	71	0,62	2/24	08	0,05
Ensino Superior	3/4	75	0,65	108/139	77	0,69	3/9	33	0,24

Como tendência, pode-se notar que os dados aqui discutidos, vistos sob uma orientação vertical de leitura, mostram que os contextos de verbo ausente e de verbo com marca de plural representam uma nítida linha divisória, que separa o comportamento dos informantes com Ensino Fundamental do comportamento dos informantes com Ensino Médio e Superior. Aqueles apresentam um uso reduzido de marcas formais em formas de estrutura predicativa precedidas por verbos marcados (5a-b), enquanto estes apresentam comportamento inverso, com uma incidência elevada de marcação de plural nas estruturas predicativas (6a-b).

- (5) a. *eu acho que hoje as meninas ficam mocinha muito depressa né?*
(AC096/RO/L 403)
- b. *Eles que num num são realista num são verdade(i)ro... mas são muito falso*
(AC029/RO/L 185)
- (6) a. *a sala de aula de terce(i)ra e quarta séries são salas onde não existe alfabeto... porque os alunos já estão alfabetizados...* (AC 88/DE/L 335-336)
- b. *as/os/ avenidas as avenidas são largas sabe bem espaçosa é um lugar limpo...*
(AC45/DE/L.251-252).

Com uma linha divisória entre Ensino Fundamental e Ensino Médio, os resultados confirmam, de qualquer modo, a existência de uma relação diretamente proporcional entre escolaridade e presença de marcas nos contextos de verbo marcado. É, todavia, um tanto diferente o comportamento dos informantes nos contextos em que o fenômeno em análise é precedido por um verbo não marcado. Poucos informantes da amostra, até mesmo os dotados de ensino médio e superior, mostram tendência pela marcação positiva, mas esse efeito é baseado em um número reduzido de ocorrências.

Mesmo assim, esses resultados podem ser comparados aos obtidos por Scherre (2001), referentes, todavia, à marcação de número no SN referencial. Similarmente às deduções de Poplack (1980), os resultados de Scherre para o português brasileiro mostram que uma sequência precedente do tipo SØ ativa mais formas desprovidas de plural nos constituintes seguintes do que uma sequência precedente com S e com ØS/SS (SCHERRE 2001:94). A sequência SØ favorece fortemente plurais zeros subsequentes (0,95), enquanto sequências de S (0,48) e de ØS/SS (0,41) desfavorecem plurais zeros subsequentes.

Não obstante a temeridade que é comparar análises da mesma língua por diferentes pesquisadores e com base em fenômenos diferentes, a similaridade dos resultados é marcante. A escala de escolaridade tem um efeito proeminente sobre os predicativos precedidos por um verbo não marcado, variando desde 0%, passando por 8% (0,05) e atingindo 33% (0,24).

O grau de escolaridade tem, por conseguinte, um efeito muito significativo sobre zeros precedentes, ainda mais significativo que sobre marcas precedentes, o que, afinal, evidencia certo efeito hierárquico da variável externa sobre a interna. Outra evidência dessa relativização pode ser verificada no texto de Scherre & Naro (1992). Os autores constataam que ocorrências isoladas/primeiras de uma série são significativamente diferentes de ocorrências precedidas por outra marcada nos falantes de 5-8 anos de escolaridade. Todavia, esse comportamento não se aplica aos falantes de 9-11 anos, porque o sistema escolar tem conseguido controlar o aumento de frequência de marcação em ocorrências isoladas/primeiras de uma série. Concluem os autores que ocorrências isoladas/primeiras de uma série constituem um ponto estrutural frágil permitindo que influências externas ao sistema linguístico possam infiltrar-se mais facilmente no comportamento do falante. Já no contexto de ocorrências em série é o sistema em si que exerce uma forte influência, como se protegesse o falante de influências externas (cf. SCHERRE; NARO 1992:7-8).

Passemos agora para o outro cruzamento entre número de marcas precedentes e escolaridade, que aparece na Tabela 5.

Tabela 5: Tendências de emprego de marcação de pluralidade no predicativo de acordo com marcas precedentes e escolaridade.

Marcas precedentes	Uma marca			Duas marcas			Três ou mais marcas		
	Ap.	%	PR	Ap.	%	PR	Ap.	%	PR
Ensino Fundamental I	2/23	08	0,14	16/39	41	0,29	7/15	46	0,34
Ensino Fundamental II	6/33	18	0,20	20/44	45	0,37	27/34	79	0,56
Ensino Médio	22/45	48	0,38	42/74	56	0,52	54/67	80	0,66
Ensino Superior	16/23	69	0,68	37/57	64	0,57	61/72	84	0,76

Essa disposição de dados permite algumas inferências relevantes. Em primeiro lugar, os resultados revelam um aumento progressivo de marcas formais, que contempla uma relação diretamente proporcional ao acréscimo de grau de escolaridade, mas com um salto qualitativo entre Ensino Fundamental e Médio ou em Médio e Superior, na dependência do fator envolvido. Em segundo lugar, quanto maior o número de marcas precedentes, tanto maior a probabilidade de a estrutura predicativa receber marca formal de pluralidade. Pode-se inferir, por conseguinte, que essas correlações são realmente motivadas por escolaridade. Vejamos outras evidências similares.

Em trabalho que focaliza a concordância nominal e a verbal de 3ª pessoa em variedades urbanas do português europeu, do português do Brasil e do português de São Tomé, Brandão e Vieira (2012) deduzem que, no âmbito da concordância nominal, brasileiros e são-tomenses apresentam variação de número, mas com preferência para a realização da marca de plural, enquanto os portugueses manifestam a aplicação de uma regra categórica de marcação positiva de plural.

Quando comparam os resultados das duas variedades em que é variável a indicação de pluralidade no SN, com base em indivíduos de níveis fundamental, médio e superior, tanto o português do Brasil quanto o de São Tomé mostram uma situação sociolinguística polarizada, de certo modo similar aos resultados aqui discutidos. Observam as autoras, que, no âmbito da variedade brasileira, que já dispõe de uma norma consolidada, os indivíduos de níveis fundamental e médio se opõem aos de nível superior; já na variedade santomense, fica patente o caráter francamente escalar da adoção da norma canônica de concordância (cf. BRANDÃO; VIEIRA 2012:1047).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um aspecto relevante que se mantém atual, desde a publicação do SSENYS, é o de que a sociolinguística variacionista começou competindo com outros modelos, no tratamento que dá à estrutura e à mudança da língua, com uma diferença fundamental: além de explorar o encaixamento obviamente linguístico, explora também o encaixamento do fenômeno variável no contexto social da comunidade.

Como a língua é, em última análise, um fenômeno social, ficou claramente estabelecido para Labov (2006 [1966]; 2008 [1972]) que a construção do modelo variacionista supõe a necessidade de recorrer a motivações sociais para encontrar respostas adequadas aos problemas que emergem da variação inerente do sistema linguístico, inclusive as que regem mudança.

Vale lembrar aqui, a esse propósito, a forte correlação que a sociolinguística variacionista estabeleceu também entre variação e mudança (WEINREICH, LABOV; HERZOG (2006 [1968]): toda mudança é o resultado de processos regulares de variação, em que competem entre si formas alternantes. Se houver resolução da competição, o processo variável sempre se encaminha para a mudança com a imposição de uma das variantes como forma categórica; se não houver resolução, as duas variantes acabam protagonizando um processo estável em que atuam na identificação social dos indivíduos falantes.

Quando olhamos para a regra de concordância nominal de predicativo, aqui enfocada, somos capazes de deduzir que pluralizar um só constituinte ou todos os constituintes pluralizáveis é totalmente indiferente ao exercício da função cognitiva, referencial da linguagem, mas não indiferente ao exercício de atribuição de valores sociais de prestígio, uma das funções não cognitivas dos processos de variação, que obviamente desperta no falante o acesso aos diferentes graus na escala de escolaridade.

Somos capazes de ver também que, no que tange à mudança, parece mais tratar-se de uma variável estável¹², fortemente marcada por um sentimento

¹² A distribuição por tempo aparente, variável não tratada aqui por falta de espaço, não aponta para alguma mudança na variedade investigada.

normativo que provoca atitudes preconceituosas, especialmente na mídia¹³. É possível que seja essa forte consciência normativa que separa os indivíduos em duas categorias, conforme as divisões fornecidas por grau de escolaridade.

A gramática da concordância do predicativo, se encarada da perspectiva normativa, é considerada uma regra coercitiva, que obriga o falante a aplicar uma marca de número, singular ou plural, a todos os constituintes oracionais que se seguem ao SN sujeito com marcação idêntica. Se, todavia, encarada da perspectiva do uso da língua no contexto social, a concordância se define como uma regra variável e, como tal, sujeita a restrições de natureza diversa, algumas das quais aqui abordadas.

É bem verdade que o fato de ser considerada uma regra obrigatória pela norma padrão acaba por balizar o comportamento social e, indiretamente, os valores de prestígio e estigmatização. Em consequência disso, quanto maior o grau de escolaridade, tanto maior o grau de submissão aos padrões normativos e, portanto, maior grau de adesão à marcação em predicativos no plural; se essa correlação for verdadeira, como parece ser para a variedade investigada, não o é a ponto de provocar a emergência do tipo de regra categórica que a norma padrão prescreve.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. 2003. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola.
- BRANDÃO, Sílvia F.; VIEIRA, Sílvia R. 2012. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. *Alfa*, São Paulo, 56 (3): 1035–1064.
- BRIGHT, William. 1974 [1966]. As dimensões da sociolinguística. In: FONSECA, M.S.V.; NEVES, M. F. (orgs.) *Sociolinguística*. Trad.de E. N. Araújo Jorge. Rio de Janeiro: Eldorado, p. 17-24.
- CALVET, Louis-Jean. 2002. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad. M. Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial.
- CAMACHO, Roberto G. 2013. *Da linguística formal à linguística social*. São Paulo: Parábola Editorial.
- CAMACHO, Roberto G.; SALOMÃO, Mircia H. 2012. Motivações em competição na variação sociolinguística: o plural dos predicativos na variedade de São José do Rio Preto. *Alfa*, São Paulo, 56(3): 1065–1097.
- CAMPOS, Odette G. L. de S; RODRIGUES, Ângela C. S. Flexão nominal: indicação de pluralidade no sintagma nominal. In: ILARI, R. (org.) *Gramática do Português falado* (v. 2: Níveis de análise linguística), 4ª ed. revista. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, p. 101-122.
- CEDERGREN, Henriette. 1973. *The interplay of social and linguistic factors in Panama*. Tese. (Doutorado em Linguística). Ithaca. Cornell University.
- FASOLD, Ralph. 2006. The politics of language. In: FASOLD, R.; CONNOR-LINTON, J. *An introduction to language and linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 373–400.

¹³ Ver a esse propósito Bagno (2003) e Scherre (2005).

GARCÍA, Erica. C. 1985. Shifting variation. *Lingua*, v. 67, p. 189–224.

GONÇALVES, Sebastião Carlos. L.; TENANI, Luciani E. 2008. Problemas teórico-metodológicos na elaboração de um sistema de transcrição de dados interacionais: o caso do projeto ALIP Amostra Linguística do Interior Paulista. *Gragoatá* 25, 165–184.

HAIMAN, John. 1983. Iconic and economic motivation. *Language*, LSA, 59(4):781– 819.

HAIMAN, John. 1985. The iconicity of grammar. *Language*. V. 56, p. 515–540.

ILARI, Rodolfo. 2004. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez. p. 53–92. (Vol 3: Fundamentos epistemológicos).

KIPARSKY, P. 1982. *Explanation in Phonology*. Dordrecht: Foris.

KOERNER, Ernst F. Konrad. 1991. Toward a history of modern Sociolinguistics. *American Speech*. 66 (1): 57–70.

LABOV, William. 1969. Contraction, deletion and inherent variability of the English copula. *Language*, Baltimore, v. 45, p. 715–762.

LABOV, William. 1978. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. *Sociolinguistic Working Papers*, v. 44.

LABOV, William. 1994. *Principles of linguistic change*. Vol 1: Internal factors. Oxford/Cambridge: Basil Blackwell.

LABOV, William. 2006 [1966]. *The social stratification of English in New York City*. 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press.

LABOV, William. 2008 [1972]. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad. M. Bagno; M. Scherre, C. S. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial.

LAVANDERA, Beatriz. 1978. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language in Society*. v. 7, p. 171–82.

MENDES, Ronald Beline; OUSHIRO, Livia. 2012. O paulistano no mapa sociolinguístico brasileiro. *Alfa*, São Paulo, 56(3): 973-1001.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza. (orgs.) 2003. *Introdução à sociolinguística*. O tratamento da variação. São Paulo: Contexto.

OUSHIRO, Livia. 2015. *Identidade na pluralidade. Avaliação, percepção e produção linguística na cidade de São Paulo*. 2015. 372f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PAIVA, Maria da Conceição; PAREDES SILVA, Vera Lúcia. 2012. Cumprindo uma pauta de trabalho: contribuições recentes do PEUL. *Alfa*, São Paulo, 56(3): 739–770.

POPLACK, Shana. 1980. Deletion and Disambiguation in Puerto Rican Spanish. *Language*, 56 (2), 371–385.

ROMAINE, Suzanne. 1981. The status of variable rules in sociolinguistic theory. *Journal of Linguistics*, v. 17, p. 93–119.

RUBIO, Cássio Florêncio; GONÇALVES, Sebastião Carlos L. 2012. A fala no interior paulista no cenário da sociolinguística brasileira: panorama da concordância verbal e da alternância pronominal. *Alfa*, São Paulo, 56(3): 1003–1034.

- SALOMÃO, Mircia H. 2010. A variação de pluralidade nas estruturas predicativas da variedade falada na região de São José do Rio Preto. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- SANKOFF, David; CEDERGREN, Henriette. 1971. Some results of sociolinguistic study of Montreal French. In: DARNELL, R. (ed.) *Linguistic diversity in Canadian Society*. Edmonton: Linguistic Research, Inc. p. 61–87
- SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. 2005. Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows, Department of Linguistics, University of Toronto. (Accessible in: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.htm>), acesso em 15 de março de 2008.
- SCHERRE, Maria Marta P. 1988. *Reanálise da concordância nominal em português*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SCHERRE, Maria Marta P. 1991a. A concordância de número nos predicativos e nos participios passivos. *Organon* 18 (5): 52–70.
- SCHERRE, Maria Marta P. 1991b. Marking in discourse: birds of a feather. *Language Variation and Change* 3: 23-32.
- SCHERRE, Maria Marta P. 1994. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 12: 37–49.
- SCHERRE, Maria Marta P. 1998. Paralelismo linguístico. *Revista de Estudos da Linguagem* 7 (2): 29-59.
- SCHERRE, Maria Marta P. 2001. Phrase-level parallelism effect on noun phrase number agreement. *Language Variation and Change* 13: 91–107.
- SCHERRE, Maria Marta P. 2005. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial.
- SCHERRE, Maria Marta P.; NARO, Anthony J. 1992. The serial effect on internal and external variables. *Language Variation and Change* 4: 1-13.
- TARALLO, Fernando. 1983. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Tese (Doutorado em Linguística). University of Pennsylvania, Philadelphia.
- TRUDGILL, Peter. 1974. *The social differentiation of English in Norwich*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WEINER, Judith; LABOV, William. 1983. Constraints on the agentless passive. *Journal of Linguistics*. v. 19: 29-58.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. 2006 [1968]. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. M. Bagno e C.A. Faraco. São Paulo: Parábola Editorial.
- WOLFRAM, Walt. 1969. *A linguistic description of Detroit negro speech*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics.
- WOLFRAM, Walt; FASOLD, Ralph W. 1974. *The study of social dialects in American English*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hal.